

PODER / Nos três estados que concentram 40% do eleitorado, os chefes de governo local, até pouco tempo alinhados com Bolsonaro, mantêm distância segura do escândalo golpista. Interesses regionais influem na postura moderada

O cálculo dos governadores

» VICTOR CORREIA

Os governadores dos três maiores colégios eleitorais do país saem do carnaval equilibrando pratos. Se, por um lado, precisam manter a base mobilizada para as eleições municipais — e, para alguns, a de 2026 —, também necessitam evitar desgaste com o eleitor moderado e alimentar o diálogo com o governo federal. Todos são de oposição e aliados declarados do ex-presidente Jair Bolsonaro: Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo; Cláudio Castro (PL), do Rio de Janeiro; e Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais.

Para eles, o cenário pós-carnaval é desafiador. A megaoperação da Polícia Federal (PF) que mirou Bolsonaro, militares e ministros do governo anterior na semana passada os colocou em uma posição delicada. Eles evitaram se manifestar, seja a favor do ex-presidente, seja da atuação da PF. Bolsonaro, por sua vez, promete fazer barulho e convoca aliados em sua defesa.

Tarcísio foi o governador mais pressionado após a operação. O governo de São Paulo afastou o major da reserva Angelo Martins Denicoli, que atuava como assessor especial da Prodesp, uma empresa pública estadual de Tecnologia da Informação (TI). Denicoli é um dos alvos da Tempus Veritatis, que investiga a preparação de um golpe de Estado no círculo próximo de Bolsonaro. Segundo os investigadores, ele atuou em um esquema para divulgar notícias falsas sobre o sistema eleitoral. Tarcísio também é cobrado por bolsonaristas a prestar apoio público ao ex-presidente, e enfrentou críticas após ter subido em palanque com Lula e elogiado o PAC.

O coronel aposentado da Polícia Militar Ricardo de Mello Araújo, que foi indicado por Bolsonaro para ser vice na chapa de Ricardo Nunes (MDB) à reeleição como prefeito de São Paulo, publicou nas redes um vídeo com cobranças durante o fim de semana, marcando o perfil de Tarcísio. “Os governadores têm uma responsabilidade muito grande. Muitos foram eleitos nas costas do Bolsonaro”, disse o ex-comandante da

Ricardo Stuckert/PR



Zema e Lula no lançamento de pacote de investimentos em Minas Gerais, na semana passada: “Boa convivência, sem extremismos”

Rota, considerada a tropa de elite da PM de São Paulo. “Cadê o povo da direita se manifestando?”, acrescentou.

Tarcísio também é pressionado a participar da manifestação convocada por Bolsonaro para 25 de fevereiro na capital paulista. O ex-ministro e governador paulista é tido como principal aposta da direita, no momento, para 2026, mas seu afastamento da ala mais radical do bolsonarismo vem causando insatisfação no entorno do ex-presidente. Mesmo mantendo apoio ao ex-chefe, a gravidade das acusações e das provas coletadas pela PF pode fazer com que Tarcísio se distancie ainda mais do aliado.

Operação da PF

Cláudio Castro, por sua vez, enfrenta uma situação mais turbulenta eleitoralmente. Ele é do PL, partido em cuja sede foram encontradas minutas golpistas, e que teve seu presidente, Valdemar da Costa Neto, preso. Mesmo antes disso, o futuro

da legenda no Rio já era incerto após o principal nome à prefeitura carioca, o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ser alvo de outra operação da PF, que investiga a criação de uma estrutura paralela dentro da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Há dúvidas agora sobre a viabilidade da candidatura de Ramagem, e falta uma alternativa forte para substituí-lo.

Romeu Zema é outro governador que não se manifestou sobre a operação contra Bolsonaro. Curiosamente, ele estava ao lado do presidente Lula no dia em que ela foi deflagrada, quinta-feira passada. Do trio de opositores no Sudeste, Zema é o governador que mais atacou a gestão federal, especialmente no ano passado. Porém, acumula acenos ao eleitorado radical, garantindo recentemente que as vacinas não serão obrigatórias para alunos da rede estadual de educação — gerando críticas do governo federal. O governador mantém sua intenção de concorrer em 2026.

Praças de guerra

Os três maiores colégios eleitorais do país, no Sudeste, concentram cerca de 40% dos eleitores. São, portanto, elementos centrais na estratégia dos partidos. Atualmente, as três unidades da Federação são comandadas por aliados de Jair Bolsonaro (PL). Além disso, em 2022, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) só venceu em Minas, com uma margem de apenas 0,4% dos votos.

São Paulo

Número de eleitores — **34,6 milhões**
Governador — Tarcísio de Freitas (Republicanos)
Disputa provável na capital — Guilherme Boulos (Psoal) x Ricardo Nunes (MDB)
Partidos mais fortes (em número de prefeituras) — PSD, MDB e PL

Minas Gerais

Número de eleitores — **16,3 milhões**
Governador — Romeu Zema (Novo)
Disputa provável na capital — Rogério Correia (PT) x Bruno Engler (PL)
Partidos mais fortes (em número de prefeituras) — MDB, União e PSD

Rio de Janeiro

Número de eleitores — **12,8 milhões**
Governador — Cláudio Castro (PL)
Disputa provável na capital — Eduardo Paes (PSD) x Alexandre Ramagem (PL)
Partidos mais fortes (em número de prefeituras): PL, Solidariedade, PP

POLÍTICA EXTERNA

Presidente vai à África renovar “parceria”

» INGRID SOARES

Entre as pautas de sua primeira agenda internacional do ano na África, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aproveitará a reunião da cúpula da União Africana para obter apoios à criação de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza no âmbito da ONU. Ao embarcar, ontem, rumo ao continente, o chefe do Executivo afirmou que o Brasil “deve retomar o potencial da parceria com os países da África”. Lula postou ainda uma foto em frente

ao avião da Presidência da República e ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin, que assumirá interinamente a Presidência.

“Embarco para o Egito nesta terça-feira de carnaval. Na sequência visito a Etiópia para a reunião da União Africana. Sempre trabalhando junto com o Dr. Geraldo. O Brasil tem fortes relações históricas e culturais com o continente africano e devemos retomar o potencial dessa parceria”, escreveu o titular do Planalto.

Também fará parte da comitiva o ministro do Desenvolvimento

Social, Wellington Dias, que cuidará das tratativas.

“Os países do G20 aceitaram debater essa Aliança Global e aceitaram que, uma vez lançada essa Aliança, tivesse uma plataforma que permitisse a participação de outros países, não apenas os do G20”, afirmou Wellington Dias, em nota divulgada pelo Planalto.

A entrada da União Africana (UA) como membro efetivo do G20, na cúpula de Delhi, na Índia, em setembro de 2023, abriu novas possibilidades para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. O

bloco reúne todas as 55 nações da África, com um PIB combinado de cerca de US\$ 3 trilhões.

Em 2023, a corrente de comércio bilateral Brasil-Egito totalizou US\$ 2,8 bilhões, o que coloca o Egito como segundo maior parceiro comercial do Brasil na África. O saldo foi superavitário para o Brasil em US\$ 1,83 bilhão.

A ideia da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza começou a ser trabalhada quando o Brasil assumiu a chefia do G20, grupo que reúne as maiores economias do planeta.

Ricardo Stuckert/PR



Lula e Alckmin na base aérea: vice assumiu a Presidência interina

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

ALEXANDRE GARCIA

CALA A BOCA RESSUSCITOU E AUTORIDADES PÚBLICAS NÃO ACEITAM SER CRITICADAS. A ALEGAÇÃO PARADOXAL É DE QUE AS AÇÕES AUTORITÁRIAS QUE CONTRARIAM A CONSTITUIÇÃO SERVE PARA DEFENDER A DEMOCRACIA EM PERIGO. O PERIGO É JUSTAMENTE CALAR. QUANDO SE CALAM OS CONTRÁRIOS, CALA-SE A DEMOCRACIA.

Carnaval e Quaresma

Hoje começa a Quaresma, para os católicos, período de jejum e abstinência. A origem cristã do carnaval são os excessos nos dias de despedida da abundância na mesa, antes de começarem as restrições da Quaresma. Dias de libertinagens, para ironizar, debochar, criticar — como faziam as marchinhas de carnaval de minha mocidade. Em dias de hoje, a gente fica desejando que a permissividade do carnaval dure o ano todo. Porque, depois do

“Cala a boca já morreu”, da então Presidente do Supremo, ministra Carmen Lúcia, em 2016, e da fala anticensura do ministro Alexandre de Moraes, em 2018 (“Quem não quiser ser criticado, ser satirizado, fique em casa; não seja candidato, não se ofereça ao público para exercer cargos políticos”), muita coisa mudou.

A principal arma da democracia não é o fuzil nem o canhão e muito menos a violência; é a palavra, a argumentação, a opinião; a liberdade

de expressão e de manifestação. Por essas armas o povo, origem do poder, expressa sua vontade todas as horas de todos os dias do ano, inclusive no carnaval e na Quaresma. E, de tempos em tempos, nomeia quem manda nos seus representantes, transferindo-lhes poder para fazer leis e chefiar o governo de municípios, estados e União. A escolha é feita por voto secreto e tem que ser com contagem pública e transparente, como determina o artigo 37 da Constituição. Aos eleitos como representantes do povo nos parlamentos, é garantida a inviolabilidade penal e civil por quaisquer palavras, opiniões e votos. Juízes são

nomeados por seus méritos para julgar com isenção, sem interesses pessoais e sem ter o menor envolvimento com o caso em suas mãos.

O presidente, os governadores, os prefeitos não mandam nas pessoas; quem manda nas pessoas é a lei, feita pelos representantes das pessoas, que elegem constituintes para fazer a Constituição que impõe limites aos agentes do estado e estabelece direitos e garantias para todos. Os agentes do Estado são os mandatários ou servidores, sujeitos ao escrutínio e à crítica dos mandantes — eleitores, pagadores de impostos, cidadãos. Os excessos de expressão estão previstos em lei.

Injúria, calúnia e difamação são crimes previstos no Código Penal. A Constituição garante indenização para violações da privacidade, da intimidade, da honra e da imagem. O artigo 5º, pétreo, imutável, proíbe tribunal de exceção, garante amplo direito de defesa e estabelece que só o juiz competente pode processar e condenar alguém. Os direitos e liberdades fundamentais são tão essenciais à democracia, que a Constituição manda punir quem atentar contra eles.

Em tempos de carnaval, a realidade brasileira desfila desnudada pela avenida e o público percebe que a Constituição não está

impedindo avanço de autoritarismo, enfraquecimento da representação popular, desequilíbrio de poderes e, principalmente, controle do sagrado direito de expressão e de manifestação. Cala a boca ressuscitou e autoridades públicas não aceitam ser criticadas. A alegação paradoxal é de que as ações autoritárias que contrariam a Constituição servem para defender a democracia em perigo. O perigo é justamente calar. Quando se calam os contrários, cala-se a democracia. Com jejum e abstinência de liberdades, todos os dias podem se tornar Quarta-feira de Cinzas.